Rewilding Portugal



RELATÓRIO ANUAL | 2023

Preâmbulo

A **ARIP – Associação Rewilding Iberia PT** (doravante designada por ARIP, RP ou Associação) é uma associação sem fins lucrativos constituída em 7 de janeiro de 2019, por escritura lavrada no Cartório Notarial de António José Alves Soares, situado na Avenida da República nº 15 - 1º andar, em Lisboa.

A ARIP tem sede na Quinta da Maunça S/N, João Bravo, 6300-035 Arrifana, Guarda, na freguesia de Arrifana, concelho da Guarda, o NIPC 515 213 985 e tem *"por fim promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal."*

Nos termos dos Estatutos da ARIP (artigo 11º), o ano financeiro é o ano civil e haverá um relatório anual a *"ser apresentado para votação e aprovação pela Assembleia Geral e ser submetido às autoridades competentes nos prazos legais"*. À Direção caberão os poderes de administração (artigo 9º, nº1).

A ARIP, enquanto associação sem fins lucrativos, é uma "Entidade do Setor Não Lucrativo" (ESNL) a que é obrigatoriamente aplicável o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Este tipo de entidades tem que apresentar as seguintes demonstrações financeiras: Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo.

O conjunto dos documentos de prestação anual de contas da ARIP fica completo juntando o relatório anual, da responsabilidade da Direção, às demonstrações financeiras a que o SNC obriga, que serão subscritas pela Direção e Contabilista certificado.

O Relatório Anual tem a seguinte estrutura:

- Preâmbulo
- Relatório de gestão
- Balanço
- Demonstração dos resultados
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas anexas
- Relatório de Atividades – 2023
- Plano de Atividades – 2024
- Relatório de Auditoria
- Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório de Gestão

1. INTRODUÇÃO

A ARIP é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, a 7 de janeiro de 2019, com sede em Quinta da Maunça s/n João Bravo, 6300-035 Guarda.

Tem como atividade principal CAE 94992- Associações de Defesa do Ambiente para que possa prosseguir os objetivos de promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal, vai associar-se a várias associações ligadas à defesa do ambiente e ao movimento ecológico em geral.

Este relatório dá cumprimento às obrigações legais e estatutárias e vai servir para descrever toda a envolvência da Associação e do que mais importante ocorreu no ano de 2023.

2. ATIVIDADE ANUAL

A ARIP, em 2023, deu continuidade à implementação de quatro projetos, dois dos quais iniciados em 2019 e os outros dois em 2022. O projeto LIFE WolFlux e o ELP – Promover a Renaturalização do Grande Vale do Côa iniciaram-se em 2019, sendo 2022 o quarto ano de implementação desses projetos de 5 anos. Devido à pandemia e outros atrasos, foi solicitada uma prorrogação sem custos a ambos os projetos, pelo que só terminarão em 2024, em vez de 2023 como inicialmente previsto. Estes dois projetos estão a ser implementados em parceria com a Universidade de Aveiro, Zoo Logical, ATNatureza e Rewilding Europe. A RP é a Beneficiária Coordenadora do projeto LIFE WolFlux, enquanto a Rewilding Europe é a coordenadora do projeto ELP.

Os projetos iniciados em 2022 são o projeto Open Rivers Program para obter licenças para remover três barreiras no rio Côa, e o projeto Rewilding Paul de Toirões, apoiado pela Mossy Earth e pelo Ecological Restoration Fund (ver acima).

No final de 2023 foi celebrada uma convenção de subvenção com a Agência de Execução relativa ao Clima, às Infra-estruturas e ao Ambiente (CINEA) para desenvolvimento de um projeto entre 01/01/2024 e 31/12/2028 que visa criar as condições socioecológicas necessárias para o lobo ibérico e o lince ibérico numa área transfronteiriça a sul do rio Douro que ambas as espécies estão a começar a recolonizar. A melhoria das condições ecológicas incluirá o aumento da abundância de presas selvagens e a melhoria do habitat. A melhoria das condições sociais incluirá a promoção da coexistência positiva com as comunidades rurais e o desenvolvimento socioeconómico local, bem como o aumento da capacidade e do intercâmbio de conhecimentos na avaliação da prevenção de danos e na deteção de crimes ambientais.

O ano 2023 também ficou marcado como o ano de abertura do foi o ano em que a ARIP abriu o Centro Rewilding – Alojamento de Turismo Selvagem no Grande Vale do Côa. Trata-se de uma unidade de alojamento de turismo selvagem, situada na pacata aldeia de Vale de Madeira. O melhor ponto de partida para conhecer o Grande Vale do Côa, que fica mesmo às portas da área rewilding do Ermo das Águias e de diversos percursos pedestres e por bicicleta, assim como da Grande Rota do Vale do Côa.

O desenvolvimento mais detalhado da atividade desenvolvida em 2023 pela ARIP apresenta-se em anexo a este relatório.

Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2023 foram imputados a rendimentos 1 211 103 euros (1 139 500 euros como subsídio à exploração e 71 603 euros como subsídio ao investimento no âmbito dos contratos acima referidos, aos quais acresce diferenças de câmbio favoráveis, no valor de 28 787 euros, decorrentes do contrato celebrado em USD. Os subsídios à exploração foram imputados, por compensação de gastos incorridos em 2023 no âmbito dos projetos referidos, ao passo que nos subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%).

Gastos com o pessoal

A Associação em 31/12/2023 contava com 20 colaboradores (18 em 31/12/2022) especializados nas áreas que a associação pretende desenvolver.

Os gastos com o pessoal no período em apreciação atingiram um montante de 485 631 euros:

Descrição	2023	2022
Remunerações do pessoal	389 797,55	292 911,02
Encargos sobre remunerações	82 399,32	61 017,53
Seguros	13 434,50	2 050,15
Total	**485 631,37**	**355 978,70**

A média de trabalhadores ao serviço passou de 16 (em 2022) para 19 (em 2023), conjugada com a evolução salarial, justificam o aumento registado em gastos com o pessoal em 2023, face a 2022.

Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos, em 2023, ascenderam a 690 984 euros e desagregam-se da forma seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	443 003,38	178 673,21
Materiais	88 093,52	50 900,58
Energia e fluidos	48 037,63	30 299,31
Deslocações, estadas e transportes	68 471,94	47 025,62
Serviços diversos	43 377,19	36 778,74
Total	**690 983,66**	**343 677,46**

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 101,1% (+347 306,20 euros), face ao período de 2022, motivado pelo acréscimo da atividade. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram os trabalhos especializados (264 330,17 euros), ferramentas e utensílios de desgaste rápido (+35 604,14 euros), deslocações e estadas (+21 446,32 euros), combustíveis (+15 001,24 euros) e rendas e alugueres (+13 509,52 euros).

Os serviços especializados dizem respeita a serviços técnicos prestados por terceiros que a Associação não pode garantir pelos seus meios, tais como serviços de engenharia, florestais, máquina, notariado, design gráfico, consultoria, contabilidade e revisão legal das contas.

Investimento

A Associação, no período de 2023, efetuou um investimento de 156 457 euros. Este valor desagrega-se em edificações, nomeadamente painéis solares e cercas/vedações (64 192 euros), terreno (1 500 euros), equipamento de transporte (40 900 euros), cavalos e tauros (32 680 euros) e equipamento básico, tais como biotriturador e binóculos (15 035 euros) e computadores administrativos (2 151 euros).

3. PLANO DE ATIVIDADES DE 2024

Para o ano de 2024 a ARIP estabeleceu linhas de ação e metas, a fim de consolidar e expandir o trabalho da Rewilding Portugal, tornando Portugal um lugar mais selvagem, concentrando-se na criação de ecossistemas mais funcionais, paisagens mais bem conectadas, promovendo o retorno de espécies-chave e uma coexistência positiva com a vida selvagem. Em 2024, as prioridades são o encerramento de duas subvenções, LIFE WolFlux e ELSP-GCV, e o arranque de uma nova subvenção LIFE e de uma parceria alargada, o LIFE LUPI LYNX.

Junto a este Relatório apresentamos em detalhe o plano de atividades para 2024.

4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do balanço e a data de aprovação do projeto de proposta das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

5. RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

Propõe-se que o resultado líquido do período no valor de 35 350,28 euros tenha a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 35 350,28 euros (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta euros e vinte e oito cêntimos).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim temos a declarar que não existe dívidas ao Estado ou à Segurança Social em estado de mora.

Por último, gostaríamos de agradecer a todos os que de algum modo colaboraram com a Associação, desde funcionários a todos os outros colaboradores.

Guarda, 5 de abril de 2024

O Diretor Executivo

Balanço

Rubricas	Notas	Exercícios 31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	754 545,11	669 524,40
Investimentos financeiros	6	4 482,35	4 650,67
		759 027,46	**674 175,07**
Ativo corrente			
Inventários		2 170,00	1 447,25
Créditos a receber		5 540,38	70,32
Estado e outros entes públicos	9.1.2	284,31	686,37
Diferimentos	9.1.4	10 112,37	8 828,75
Créditos a receber	5/6	3 327 007,71	1 953 186,81
Caixa e depósitos bancários	9.1.1	1 170 735,17	593 489,68
		4 515 849,94	**2 557 709,18**
Total do ativo		**5 274 877,40**	**3 231 884,25**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados Transitados	5/9.1.6	16 523,33	16 527,20
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5/9.1.6	749 536,51	665 062,90
		766 059,84	**681 590,10**
Resultado Líquido do Período		35 350,28	-3,92
Total dos fundos patrimoniais		**801 410,12**	**681 586,18**
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
Fornecedores	6	14 477,06	42 485,19
Estado e outros entes públicos	9.1.2	14 269,30	13 030,00
Financiamentos obtidos	9.1.3	1 209,71	1 631,14
Diferimentos	5/9.1.4	3 938 206,84	2 008 295,45
Outros passivos correntes	5/6	505 304,37	484 856,29
		4 473 467,28	**2 550 298,07**
Total do passivo		**4 473 467,28**	**2 550 298,07**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**5 274 877,40**	**3 231 884,25**

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo

Demonstração dos resultados

		Períodos	
Rubricas	**Notas**	**2023**	**2022**
Vendas e serviços prestados	9.1.5	60 244,51	4 881,59
Subsídios, doações e legados à exploração	5	1 139 500,08	637 522,67
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-15 306,85	-1 027,83
Fornecimentos e serviços externos	9.1.7	-690 983,66	-343 677,46
Gastos com o pessoal	7	-485 631,37	-355 978,70
Outros rendimentos	5/9.1.8	104 400,56	111 952,43
Outros gastos	9.1.9	-5 269,91	-3 065,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - EBITDA		**106 953,36**	**50 607,26**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-71 603,08	-50 615,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) - EBIT		**35 350,28**	**-8,19**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	4,27
Resultado antes de impostos		**35 350,28**	**-3,92**
Resultado Líquido do Período		**35 350,28**	**-3,92**

A Contabilista Certificada **O Diretor Executivo**

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Descrição		Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade			Total dos fundos patrimoniais
			Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	
Posição no início do período 2022	**1**		**17.878,55**	**538.550,17**	**-1.351,35**	**555.077,37**
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		9.1.6	-1.351,35	126.512,73	1.351,35	126.512,73
	2		**-1.351,35**	**126.512,73**	**1.351,35**	**126.512,73**
Resultado líquido do período	**3**				**-3,92**	**-3,92**
Resultado integral	**4=2+3**				**1.347,43**	**126.508,81**
Operações com instituidores no período						
	5		0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2022	**6=1+2+3+5**		**16.527,20**	**665.062,90**	**-3,92**	**681.586,18**

Descrição		Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade			Total dos fundos patrimoniais
			Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	
Posição no início do período 2023	**1**		**16 527,20**	**665 062,90**	**-3,92**	**681 586,18**
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		9.1.6	-3,87	84 473,61	3,92	84 473,66
	2		-3,87	84 473,61	3,92	84 473,66
Resultado líquido do período	**3**				**35 350,28**	**35 350,28**
Resultado integral	**4=2+3**				**35 354,20**	**119 823,94**
Operações com instituidores no período						
	5		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição no fim do período 2023	**6=1+2+3+5**		**16 523,33**	**749 536,51**	**35 350,28**	**801 410,12**

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo

Demonstração dos fluxos de caixa

Rubricas	Notas	Períodos 2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	9.1.1	56 741,47	4 811,27
Pagamentos a fornecedores	9.1.1	761 660,75	308 969,97
Pagamentos ao pessoal	9.1.1	461 302,43	352 139,39
Caixa gerada pelas operações		**-1 166 221,71**	**-656 298,09**
Outros recebimentos/pagamentos	9.1.1	1 870 150,46	634 794,45
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**703 928,75**	**-21 503,64**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	9.1.1	126 683,26	160 429,32
Investimentos financeiros	9.1.1		298,90
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	9.1.1		4,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-126 683,26**	**-160 723,95**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**0,00**	**0,00**
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	**9.1.1**	**577 245,49**	**-182 227,59**
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.1.1	593 489,68	775 717,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.1.1	1 170 735,17	593 489,68
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)	**9.1.1**	**577 245,49**	**-182 227,59**

A Contabilista Certificada **O Diretor Executivo**

Notas anexas

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ARIP- Associação Rewilding Iberia Pt (doravante designada como ARIP ou Associação) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, a 7 de janeiro de 2019, com sede em Quinta da Maunça s/n João Bravo, 6300-035 Guarda.

Tem como atividade principal CAE 94992- Associações de Defesa do Ambiente para que possa prosseguir os objetivos de promover o regresso da natureza selvagem, incluindo fauna e flora, em diversas partes de Portugal, vai associar-se a várias associações ligadas à defesa do ambiente e ao movimento ecológico em geral.

As verbas para desenvolver as atividades a que se propõem, são na totalidade de instituições estrangeiras e de alguns mecenas pessoais, também eles estrangeiros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRF-ESNL);

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 13 de julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

Regime da periodização económica (acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas na rubrica de "Outras contas a receber", em "Devedores por acréscimos de rendimento". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de "Outras contas a pagar", em "Credores por acréscimo de gastos".

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de "Diferimentos", em "Rendimentos a reconhecer" ou "Gastos a reconhecer", respetivamente.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja percetível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não explicitou qualquer critério de materialidade para o efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto á agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovadas para as ESNL.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se considera compensação (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, por exemplo, deduções de obsolescência nos inventários e deduções de dívidas duvidosas nas contas a receber, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidas ou concedidas (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras sejam emendadas, as quantias comparativas serão reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotadas na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Associação.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade de acordo com a normalização contabilística para as ESNL.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 anos
Ativos biológicos	10 anos
Outros ativos tangíveis	8 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a entidade cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos no próprio período na rúbrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos na rúbrica "Financiamentos obtidos".

Acontecimentos Após a Data do Balanço

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos. Os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Instrumentos Financeiros

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes ou de outros terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e de outras dívidas de terceiros por forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a entidade tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes pela totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do IVA a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a doze meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Benefícios dos Empregados

A entidade reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, transporte e outros bens gratuitos) referentes aos empregados correntes. Podem também incluir benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio.

As participações nos lucros e as gratificações são pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respetivo serviço. A entidade faz uma estimativa fiável da sua obrigação legal ou construtiva segundo um plano de participação nos lucros ou de gratificações nos termos do parágrafo 21 da NCRF 28.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rúbrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de associados, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem,

nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em entidades participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades equiparáveis, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Secretariado Executivo foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente dos eventos e transações em curso, à data de aprovação do presente projeto de proposta de demonstrações financeiras.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas neste projeto de demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não foram efetuadas alterações nas estimativas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

3.4. Correções de erros de períodos anteriores:

Não foram detetados erros materiais, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas do exercício anterior por não existir.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efetuada ao custo de aquisição deduzida das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos biológicos (cavalos) também estão mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas por se considerar que não se consegue mensurar fiavelmente o justo valor.

b) Na depreciação dos ativos fixos tangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação são definidas e aplicadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração à sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

d) O movimento ocorrido durante o exercício nos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Ativos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
Quantia escriturada bruta:							
Saldo inicial (01/01/2023)	431 735,84	101 672,37	42 095,98	148 920,44	12 817,80	47 700,00	447,11
Adições	1 500,00	64 191,75	15 034,57	42 900,00	2 150,80	32 680,00	0,00
Alienações							
Abates				-2 000,00			
Transf. de Inv. em Curso							
Valores brutos totais	**433 235,84**	**165 864,12**	**57 130,55**	**189 820,44**	**14 968,60**	**80 380,00**	**447,11**
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial (01/01/2023)	0,00	10 355,59	11 141,26	79 432,53	9 065,94	5 697,49	172,33
Adições		14 012,19	7 835,58	40 201,34	2 224,06	7 274,02	55,89
Alienações							
Abates				-166,67			
Depreciações acumuladas totais:	**0,00**	**24 367,78**	**18 976,84**	**119 467,20**	**11 290,00**	**12 971,51**	**228,22**
Perdas por imparidade acumuladas:							
Adições							
Reversões							
Alienações							
Abates							
Perdas imparidade acumuladas totais:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total líquido	**433 235,84**	**141 496,34**	**38 153,71**	**70 353,24**	**3 678,60**	**67 408,49**	**218,89**

A Associação, no período de 2023, efetuou um investimento de 156 457 euros. Este valor desagrega-se em edificações, nomeadamente painéis solares e cercas/vedações (64 192 euros), terreno (1 500 euros), equipamento de transporte (40 900 euros), cavalos e tauros (32 680 euros) e equipamento básico, tais como biotriturador e binóculos (15 035 euros) e computadores administrativos (2 151 euros).

e) A entidade não detém ativos fixos tangíveis com restrição de titularidade.

f) À data de 31 de dezembro de 2023 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

A ARIP, em 2023, deu continuidade à implementação de quatro projetos, dois dos quais iniciados em 2019 e os outros dois em 2022. O projeto LIFE WolFlux e o ELP – Promover a Renaturalização do Grande Vale do Côa iniciaram-se em 2019, sendo 2022 o quarto ano de implementação desses projetos de 5 anos. Devido à pandemia e outros atrasos, foi solicitada uma prorrogação sem custos a ambos os projetos, pelo que só terminarão em 2024, em vez de 2023 como inicialmente previsto. Estes dois projetos estão a ser implementados em parceria com a Universidade de Aveiro, Zoo Logical, ATNatureza e Rewilding Europe. A RP é a Beneficiária Coordenadora do projeto LIFE WolFlux, enquanto a Rewilding Europe é a coordenadora do projeto ELP.

Os projetos iniciados em 2022 são o projeto Open Rivers Program para obter licenças para remover três barreiras no rio Côa, e o projeto Rewilding Paul de Toirões, apoiado pela Mossy Earth e pelo Ecological Restoration Fund (ver acima).

No final de 2023 foi celebrada uma convenção de subvenção com a Agência de Execução relativa ao Clima, às Infra-estruturas e ao Ambiente (CINEA) para desenvolvimento de um projeto entre 01/01/2024 e 31/12/2028 que visa criar as condições socioecológicas necessárias para o lobo ibérico e o lince ibérico numa área transfronteiriça a sul do rio Douro que ambas as espécies estão a começar a recolonizar. A melhoria das condições ecológicas incluirá o aumento da abundância de presas selvagens e a melhoria do habitat. A melhoria das condições sociais incluirá a promoção da coexistência positiva com as comunidades rurais e o desenvolvimento socioeconómico local, bem como o aumento da capacidade e do intercâmbio de conhecimentos na avaliação da prevenção de danos e na deteção de crimes ambientais.

A ARIP reconhece o valor desses subsídios quando existe uma segurança razoável acerca do cumprimento das condições contratuais e da execução dos respetivos projetos, efetuando o controlo dos recebimentos pela conta de ativo 2785 – "*Subsídios a receber*" e dos valores por imputar a rendimentos pela conta de passivo 2822 – "*Rendimentos a reconhecer - Subsídios à exploração*" ou numa conta de fundos patrimoniais 5931 – "*Subsídios*", esta na parte do subsídio ao investimento.

Por outro lado, no âmbito do projeto ELP e LIFE, a ARIP conta com parceiros, para os quais são canalisados parte do subsídio recebido provenientes daqueles projetos, suportados por contratos. O controlo destes montantes é efetuado pela conta de passivo 2786 – "*Subsídios dos parceiros*".

Desta forma, em 2023/2022, a evolução dos subsídios provenientes daqueles projetos é a seguinte:

Ano 2023

Programa	Valores por receber (Ativo)	Valores por executar (Passivo)	Fundos patrimoniais	Demonstração Resultados
ELP – Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa	274 232	289 093	30 071	414 984
LIFE WolFlux	552 075	92 170	22 635	297 202
REO-	48 479	178 013	2 213	118 812
AVS 002	331 904	276 242	4 840	68 667
G-001	73 182	6 164		67 018
Open Rivers	30 700	24 692		34 493
TEN-01		784		31 216
Earth Today	33 301	248 781	0	25 568
QSM-01	25 000			21 733
Mossy Earth		15 615		20 209
IEFP	3 519	5 279		9 341
LIFE_003	73 000	47 845	68	8 197
Syminton		65 923		7 785
ESTORIL OPEN		25 821		4 179
ARCADIA		13 208	1 233	567
LIFE LUPI LYNX-L906	1 847 906	2 639 866		
QSM-01		3 267		
ERF-01		0	3 228	
THE EUROPEAN	16 000			
RP			7 326	
Outros organismos		5 444		9 530
Totais	**3 309 298**	**3 938 207**	**71 613**	**1 139 500**

Ano 2022

Programa	Valores por receber (Ativo)	Valores por executar (Passivo)	Fundos patrimoniais	Demonstração Resultados
ELP – Promover a renaturalização do Grande Vale do Côa	864 589	764 029	590 311	278 498
LIFE WolFlux	562 875	446 678	44 011	219 461
Albrecht von Sonntag	331 904	345 486	6 213	59 986
LIFE_003	73 000	56 381		7 104
Open Rivers	52 500	70 000		
Mossy Earth	24 416	35 824		800
Earth Today	12 710	148 096		6 078
Organic Basics	9 250	6 056		15 444
Edenly	1 500			
TEN-01				30 000
Arcadia Fund		13 775	8 597	24 070
REO		77 646		17 114
SYMINTON		28 716		11 284
Fundação Barcelona				10 109
ECOLOGICal RESTORATION FUND		11 904	15 932	953
IEFP	3 811	3 705		2 646
Outros organismos				4 592
Totais	**1 936 554**	**2 008 295**	**665 063**	**688 138**

Em suma e de acordo com o quadro apresentado, relativamente aos projetos supraditos temos a referir:

- Do valor contratualizado estão por receber 3 309 298 euros e por executar 3 938 207 euros.

- Em 2023 foram imputados a rendimentos 1 211 103 euros (1 139 500 euros como subsídio à exploração e 71 603 euros como subsídio ao investimento no âmbito dos contratos acima referidos, aos quais acresce diferenças de câmbio favoráveis, no valor de 28 787 euros, decorrentes do contrato celebrado em USD. Os subsídios à exploração foram imputados, por compensação de gastos incorridos em 2023 no âmbito dos projetos referidos, ao passo que nos subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%).

- Em 31/12/2023 os valores por imputar a rendimento de períodos futuros eram de 3 938 207 euros no que diz respeito a subsídios à exploração, aquando da sua execução e 373 947 euros de subsídios ao investimento. O restante valor refletido em fundos patrimoniais (375.590 euros) diz respeito ao montante pago pelos terrenos adquiridos que, como se trata de um investimento não depreciável, o respetivo subsídio não será imputado a resultados, ficando em outras variações nos fundos patrimoniais;

- No que respeita aos parceiros o ponto de situação reportado a 31/12/2023 era o seguinte:

Descrição	Zoological	ATNatura	Rewilding Europe	U. Aveiro	UTAD	Total
Apoio contratualizado	126 771	239 060	207 429	290 789	24 014	888 063
Apoio libertado em 2019	-19 943	-59 590	-31 051	-14 239		-124 823
Apoio libertado em 2020	-10 549	-27 261	-6 000	-40 216		-84 026
Apoio libertado em 2021	-9 451	-39 983	-29 140	-44 468		-123 042
Apoio libertado em 2022	-17 911	-19 789	-4 135	-14 296		-56 131
Apoio libertado em 2023	0	0	0	0	-13 587	-13 587
Saldo	**68 917**	**92 437**	**137 103**	**177 570**	**10 427**	**486 454**

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1 Bases de mensuração

É política da ARIP reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A ARIP mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros, e enquanto for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse mesmo instrumento financeiro.

6.2 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo/custo amortizado menos imparidades

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos financeiros	4 482,35	4 650,67
Créditos a receber	5 540,38	70,32
Outros ativos correntes	3 327 007,71	1 953 186,81
Total	**3 337 030,44**	**1 957 907,80**

O valor registado em investimentos financeiros (4 482,35 euros) respeita a contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (3 982,35 euros) e a títulos de capital do Crédito Agrícola (500,00 euros).

O saldo dos créditos a receber decorrem da atividade desenvolvida no Centro Rewilding, valores faturados e ainda não cobrados (5 540,38 euros)

A rubrica de outros ativos correntes inclui o valor por receber no âmbito dos projetos em que a Associação está inserida (3 327 007,71 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota *"Subsídios e outros apoios das entidades públicas"*.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo/custo amortizado

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	14 477,06	42 485,19
Outros passivos correntes	505 304,37	484 856,29
Total	**519 781,43**	**554.501,19**

A dívida a fornecedores resulta do desenvolvimento da atividade da Associação.

A rubrica de outros passivos correntes inclui o valor a entregar aos parceiros dos projetos em que a Associação está inserida (486 455,75 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota *"Subsídios e outros apoios das entidades públicas"*.

7. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal no período em apreciação têm a decomposição seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações do pessoal	389 797,55	292 911,02
Encargos sobre remunerações	82 399,32	61 017,53
Seguros	13 434,50	2 050,15
Total	**485 631,37**	**355 978,70**

A média de trabalhadores ao serviço passou de 16 (em 2022) para 19 (em 2023), conjugada com a evolução salarial, justificam o aumento registado em gastos com o pessoal em 2023, face a 2022.

8. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

8.1 Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais sugeridos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Entre a data do balanço e a data de aprovação do projeto de proposta das demonstrações financeiras não foram encontrados factos que divergissem de forma significativa, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

9.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

9.1.1 Fluxos de Caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, que dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da Entidade.

A caixa e seus equivalentes compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Assim, o total de caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 ascende a 1 170 735,17 euros, o qual corresponde ao saldo de caixa e depósitos bancários.

A Associação não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

A desagregação dos movimentos ocorridos no exercício de 2023:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	703 928,75	-21.503,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-126 683,26	-160.723,95
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0	0
Variação de caixa e seus equivalentes	**577 245,49**	**-182.227,59**
Caixa e seus equivalentes no início do período	593.489,68	775.717,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 170 735,17	593.489,68
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo inicial - saldo final)	**577 245,49**	**-182.227,59**

Os fluxos de caixa das atividades operacionais estão muito influenciados pelo valor recebido dos projetos em que a Associação está inserida.

9.1.2 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rúbrica de EOEP - Ativo em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	284,31	686,37
Total	**284,31**	**686,37**

O detalhe da rúbrica de EOEP - Passivo em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Retenção na fonte de IRS dependente	2 978,00	3 062,00
Retenção na fonte de IRS independente	579,02	249,83
Impostos sobre o Valor Acrescentado	1 390,56	1 944,69
Taxa social única	9 321,72	7 590,95
Fundo de compensação	0,00	182,53
Total	**14 269,30**	**13 030,00**

As retenções de imposto sobre o rendimento e as contribuições para a Segurança Social evidenciam as retenções, quotizações e contribuições do mês de dezembro de 2023, que foram entregues ao Estado em janeiro de 2024.

9.1.3 Financiamentos obtidos

O saldo e transações registados em financiamentos obtidos dizem respeito à movimentação do cartão de crédito, que tem um plafond de crédito no montante de 5.000 euros.

9.1.4 Diferimentos

A decomposição desta rúbrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a reconhecer	10 112,37	8 828,75
Rendimentos a reconhecer	3 938 206,84	2 008 295,45

Os gastos a reconhecer respeitam à especialização dos custos com seguros e rendas, pagos no ano 2023, com periodicidade que inclui o ano seguinte.

Os rendimentos a reconhecer respeitam a valores por imputar a rendimento de períodos futuros no âmbito dos projetos em que a Associação está inserida (3 938 206,84 euros). Este valor encontra-se detalhado na Nota *"Subsídios e outros apoios das entidades públicas"*.

9.1.5 Rédito

A decomposição desta rúbrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Vendas	9 351,57	4 881,59
Prestação de Serviços	50 892,94	0,00

Os gastos a reconhecer respeitam à especialização dos custos com seguros e rendas, pagos no ano 2023, com periodicidade que inclui o ano seguinte.

9.1.6 Fundos patrimoniais

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultados transitados	16 523,33	16 527,20
Outras variações nos fundos patrimoniais	749 536,51	665 062,90
Resultado líquido do exercício	35 350,28	-3,92
Total	**801 410,12**	**681 586,18**

O valor de outras variações nos fundos patrimoniais (749 536,51 euros), detalhado na Nota "*Subsídios e outros apoios das entidades públicas*", diz respeito ao:

- Montante por imputar a rendimento de períodos futuros de subsídios ao investimento (373 946,50 euros);

- Montante pago pelos terrenos adquiridos que, como se trata de um investimento não depreciável, o respetivo subsídio não será imputado a resultados, ficando em outras variações nos fundos patrimoniais (375 590,01 euros).

O resultado líquido do período de 2022 foi transferido para resultados transitados.

9.1.7 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviços especializados	443 003,38	178 673,21
Materiais	88 093,52	50 900,58
Energia e fluídos	48 037,63	30 299,31
Deslocações, estadas e transportes	68 471,94	47 025,62
Serviços diversos	43 377,19	36 778,74
Total	**690 983,66**	**343 677,46**

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 101,1% (+347 306,20 euros), face ao período de 2022, motivado pelo acréscimo da atividade. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram os trabalhos especializados (264 330,17 euros), ferramentas e utensílios de desgaste rápido (+35 604,14 euros), deslocações e estadas (+21 446,32 euros), combustíveis (+15 001,24 euros) e rendas e alugueres (+13 509,52 euros).

Os serviços especializados dizem respeita a serviços técnicos prestados por terceiros que a Associação não pode garantir pelos seus meios, tais como serviços de engenharia, florestais, máquina, notariado, design gráfico, consultoria, contabilidade e revisão legal das contas.

Para dar cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais é de referir que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 3.690 euros (IVA incluído).

9.1.8 Outros rendimentos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças de câmbio favoráveis	28 786,73	56 783,25
Imputação de subsídios para investimento	71 603,09	50 615,45
Outros não especificados	3 968,95	4 494,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	41,79	59,61
Total	**104 400,56**	**111 952,43**

O valor das diferenças de câmbio favoráveis (28 786,73 euros), decorre da transposição pelo uso da taxa de fecho (1 USD = 0,90498 EUR), do montante por receber do projeto ELP, contratualizado em dólares americanos.

Os subsídios ao investimento, a imputação teve por base as depreciações do investimento efetuado no âmbito dos projetos e a taxa de comparticipação respetiva (100%). Este valor encontra-se detalhado na Nota "*Subsídios e outros apoios das entidades públicas*".

9.1.9 Outros gastos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	743,65	517,52
Outros	4 526,26	2 547,92
Total	**5 269,91**	**3 065,44**

Guarda, 5 de abril de 2024

A Contabilista Certificada

O Diretor Executivo

REWILDING PORTUGAL

Relatório Anual 2023



Índice

A. NATUREZA MAIS SELVAGEM 3
1. Regresso da vida selvagem 3
1.1. Herbívoria natural 3
1.2. Ecossistemas Funcionais 3
1.3. Habitats mais selvagens 3
1.4. Monitorização 4
2. Corredores de Coexistência 5
B. A NATUREZA PARA AS PESSOAS 5
1. Créditos de carbono 5
2. Desenvolvimento de negócios 5
3. Centro de Rewilding 6
4. Turismo no Grande Vale do Côa 6
5. Rede Côa Selvagem 6
C. PROMOVER ENVOLVIMENTO 6
1. CÔA - Corredor das Artes 6
2. Envolvimento com as comunidades locais 7
3. Eventos 7
4. Media 8
5. Comunicações da Rewilding Portugal 8
D. LIDERAR O CAMINHO 10

A. NATUREZA MAIS SELVAGEM

1. Regresso da vida selvagem

1.1. Herbívoria natural

A complexidade social das manadas de cavalos Sorraia foi aumentada em 2023, trazendo três novos machos para o Ermo das Águias. O comportamento dos cavalos foi monitorizado através de um estágio e a gestão começou a ser monitorizada através do software Earth Ranger. Atualmente existem 23 cavalos Sorraia divididos por duas manadas, uma no Vale Carapito e outra no Ermo das Águias e um casal no Paúl de Toirões.

Em abril de 2023 chegou ao Ermo das Águias a primeira manada de Taurus (15 animais). Desde então, nasceram duas novas vitelas, aumentando a manada para 17 animais.

1.2. Ecossistemas Funcionais

Em julho de 2023, foi enviado ao ICNF um pedido de designação do Vale Carapito como Área Protegida Privada. O ICNF respondeu em dezembro com um pedido de informações adicionais, que serão preparadas e submetidas no início de 2024. A proposta para designar o Paul de Toirões como Área Protegida Privada também foi preparada durante 2023 e espera-se que seja submetida no início de 2024.

A Rewilding Portugal está a trabalhar para avançar com a promoção da deposição de cadáveres fora de campos de alimentação para que exista uma disponibilidade de alimento com padrões mais naturais para as aves necrófagas. Para esse fim, a Rewilding Portugal tem ajudado os agricultores a solicitar uma licença para poderem deixar os cadáveres de animais mortos (excepto vacas) nas suas explorações, numa área especificamente designada, onde as aves necrófagas podem alimentar-se deles (APANs). Em 2023, foram aprovadas quatro APANs, estando outros quatro processos ainda pendentes de aprovação. Em 2023 a Rewilding Portugal submeteu também um pedido de criação de uma CACAN no Paul de Toirões. Este foi rejeitado pelo ICNF, com algumas propostas de alteração para aprovação. A resubmissão do pedido está planeada para 2024, em colaboração com a ASCENDI.

Em termos de prevenção de incêndios, a equipa de vigilância patrulhou 14,150 km durante a época de incêndios e foram detectados dois incêndios. Um total de 16 voluntários participaram no programa de voluntariado de vigilância de incêndios no Ermo das Águias, com base no Centro de Rewilding, e dois pastores locais também contribuíram para o esforço de vigilância.

Em termos de remoção de barragens obsoletas, um projeto apoiado pelo Programa Open Rivers financiou os estudos de viabilidade para a remoção das Ensecadeiras do Côa em Vila Nova de Foz Côa. Estes estudos foram realizados com sucesso e aprovados pela APA em 2023. Em 2024 continuarão a ser desenvolvidos esforços para assegurar a remoção das Ensecadeiras do Côa.

1.3. Habitats mais selvagens

Em 2023, a Rewilding Portugal continuou a implementar medidas de restauro de habitat para o corço, com 10,5 hectares plantados, 30,35 hectares de recuperação de pastagens e promoção da regeneração natural. Além disso, foram criados 27 novos charcos na área do projeto LIFE WolFlux.

Os trabalhos de recuperação de zonas húmidas no Paul de Toirões também teve continuidade, com movimentações de terra para ligar algumas das massas de água da propriedade, suavizar margens íngremes e, em geral, melhorar a hidrologia da área. Foram criados mais de 7,000 m^2 de novas superfícies de água. Para a remoção das plantações de ciprestes no Paúl de Toirões, foi contratada uma empresa em 2023 e os trabalhos foram calendarizados para 2024, com os primeiros 8 ha a serem removidos no primeiro trimestre de 2024.

1.4. Monitorização

A Rewilding Portugal efectua a monitorização de todas as áreas sob gestão e mantém registos detalhados e extensivos de todas as espécies nelas encontradas. Esta monitorização é efectuada através de vários métodos, desde os tradicionais, como a observação direta e a contagem de indícios, até aos mais recentes, como a foto-armadilhagem e a monitorização acústica. Em 2023, foram realizados vários trabalhos de monitorização, nomeadamente:

- Monitorização da herbívoria natural e do risco de incêndio com a Terraprima.
- Monitorização de corço com a Universidade de Aveiro.
- Monitorização de lobo-ibérico com a Zoo Logical.
- Monitorização de coelho e perdiz.
- Monitorização de aves rupícolas na ZPE Sul do Vale do Côa
- Monitorização de vertebrados no Paúl de Toirões
- Monitorização de castor no rio Douro e no rio Tormes com confirmação da presença junto à fronteira portuguesa.
- Monitorização na Quinta do Vesúvio, no âmbito da parceria com a Symington Family Estates.
- Criação de uma estação de biodiversidade na Ribeira do Mosteiro em colaboração com a TAGIS.
- Colaboração com a Accenture para finalizar um software de processamento de imagens de foto armadilhagem.

A Rewilding Portugal também monitoriza anualmente a colónia de abutres negros na Reserva Natural da Malcata, com novas descobertas de ninhos cada ano. Em 2023, foi possível confirmar a reprodução bem-sucedida em 14 ninhos da colónia, em comparação com os 4 ninhos ocupados em 2021. Tentativas de capturar abutres-negros para os marcar com emissores GPS foram feitas em 2023, mas sem sucesso.

Adicionalmente, durante 2023, a Rewilding Portugal treinou um cão de deteção de indícios para conseguir detetar dejetos de lobo, para auxiliar no trabalho de monitorização da equipa, e reforçar a capacidade de deteção de dejetos. O objetivo é continuar o treino do cão de deteção em 2024, acrescentando novas espécies como o lince-ibérico e o gato-bravo ao repertório do cão. O treino foi realizado por Carlos Cordeiro - Escola de Cães, entre julho e novembro de 2023.

Foi também realizada uma formação sobre o software Earth Ranger com a Rewilding Europe, em setembro de 2023. Este software será utilizado a partir de 2024 para compilar e analisar todos os dados de monitorização da Rewilding Portugal.

2. Corredores de Coexistência

Em 2023 a Rewilding Portugal continuou o seu trabalho no estabelecimento de corredores de coexistência nos distritos da Guarda, Viseu e Aveiro (a área de distribuição do lobo ibérico a sul do rio Douro). A Rewilding Portugal trabalha com produtores pecuários para proteger o gado, através da alteração de práticas, integração de cães de proteção de gado, e/ou utilização de vedações fixas e/ou eléctricas. Em 2023, a Rewilding portugal continuou a trabalhar com vedações eléctricas (fixas e móveis). No total, foram instaladas três vedações metálicas fixas, bem como 22 vedações eléctricas. Para além disso, foram integrados 34 novos cães de proteção de gado com produtores pecuários locais. Durante 2023, a Rewilding Portugal também apresentou contributos ao ICNF sobre a medida de apoio aos cães de proteção de gado da PEPAC.

Em termos de vigilância, foram patrulhados 2,626 km (incêndios e furtivismo) e foi apresentada uma queixa ao Ministério Público por um caso de envenenamento.

B. A NATUREZA PARA AS PESSOAS

1. Créditos de carbono

Em 2023, a Rewilding Portugal continuou a mapear áreas com potencial para a certificação de créditos de carbono no Grange Vale do Côa, graças ao seu envolvimento num projeto da Rewilding Europe apoiado pela Grantham Foundation. O objetivo deste mapeamento é identificar propriedades e os seus proprietários que possam ser abordados sobre a adesão a um esquema de certificação de carbono. A estrutura de governança para uma Cooperativa de Carbono no Grande Vale do Côa foi desenvolvida com a NBI, a ser finalizada no início de 2024.

2. Desenvolvimento de negócios

Em 2023 a Rewilding Portugal deu continuidade à parceria com o produtor de calçado alemão Wildling Shoes, tendo sido lançada em outubro a primeira edição do sapato "Perto". A empresa compra lã a pastores que fazem parte do projeto LIFE WolFlux e que têm boas medidas de coexistência com o lobo ibérico. Em 2023, 11 pastores participaram nesta iniciativa, sendo que a parceria continuará em 2024, com o envolvimento de mais produtores.

Na Ribeira do Mosteiro continuaram os esforços para aumentar as receitas dos recursos agrícolas da propriedade, com a vindima a decorrer em setembro. As vinhas biológicas estão a ser utilizadas para a produção de vinho do Porto, cujo primeiro lote deverá estar pronto em 2024.

3. Centro de Rewilding

O Centro Rewilding abriu como Alojamento Local em março de 2023, com uma taxa de ocupação de 16% nos primeiros meses de funcionamento (março - dezembro de 2023), totalizando 900 hóspedes. O Centro Rewilding tem atualmente uma classificação de 8,5 na plataforma online Booking.com. Este Alojamento Local integrou também em 2023 uma rede de alojamento do projeto Estrela Digital, promovido pela JADRC (Jovens Associados para o Desenvolvimento Regional do Centro).

4. Turismo no Grande Vale do Côa

Em 2023, a Rewilding Portugal continuou a trabalhar no sentido de promover o turismo de natureza e conservação na região através de diferentes abordagens e linhas de trabalho. A Rewilding Portugal está agora registada no RNAAT como operador de animação turística.

Em 2023, a Rewilding Portugal lançou os seus eventos Rewilding Weekend, com três edições durante o ano. Foram também lançados vários pacotes de viagem rewilding no website da Rewilding Portugal, com a aprovação do Turismo Centro.

Foi também finalizado o planeamento e teve início a construção de um abrigo para observação de vida selvagem no Paul de Toirões. Prevê-se que este primeiro abrigo esteja concluído no início de 2024.

5. Rede Côa Selvagem

A Rede Côa Selvagem continuou a crescer em 2023, contando atualmente com 51 membros ativos - desde operadores turísticos a alojamentos e produtores locais. São realizadas reuniões mensais online entre os membros da rede para discutir sinergias e potenciais parcerias, bem como para apresentar novos membros e discutir as iniciativas da Rewilding Portugal na região. Em 2023 a Rewilding Portugal continuou a vender alguns dos produtos da Rede Côa Selvagem no seu próprio site, incluindo um cabaz de Natal com muitos dos produtos disponíveis. No total foram feitas 305 encomendas, e estiveram 21 produtos disponíveis para venda e 9 cabazes de valorização local disponíveis o ano todo.

C. PROMOVER ENVOLVIMENTO

1. CÔA - Corredor das Artes

O Festival COA – Corredor das Artes teve lugar em julho de 2023. O primeiro passo desta iniciativa foi a seleção de quatro curadores responsáveis pela avaliação e seleção das obras de arte propostas para o festival: Pedro Prata (Diretor Executivo da Rewilding Portugal), Sérgio Novo (Diretor Artístico da ASTA), Pedro Russo (Professor na Universidade de Leiden, especialista em astronomia) e Nantje Wilke (Curadora Júnior no Museu KIT). Foi aberto concurso para as residências artísticas, que recebeu um total de 318 candidaturas, tendo sido selecionado um grupo final de sete artistas para a realização das residências artísticas no Grande Vale do Côa: Gaspard Combes, Michelè Trotta, Rui Miragaia, Rumen Dimitrov, Marcelo Moscheta, Antony Lyons e elparo. As sete residências artísticas decorreram entre fevereiro e junho de 2023, resultando em sete peças artísticas diferentes criadas para o festival.

Durante o mês de julho de 2023, o festival foi realizado com um programa cultural extensivo ao longo de cinco fins-de-semana e atividades semanais, incluindo a apresentação pública das sete obras de arte. Houve um total de 8,300 visitantes no festival, 485 visitantes que participaram nas actividades semanais e 254 artistas envolvidos, num total de 8,730 pessoas que participaram diretamente no festival durante o mês.

2. Envolvimento com as comunidades locais

A Rewilding Portugal trabalha em proximidade com as comunidades locais, e em 2023, esteve diretamente envolvida em várias iniciativas locais:

- Evento aBeirar em Pinhel sobre a Rede Côa Selvagem, que teve lugar no Centro Rewilding e com uma visita ao Ermo das Águias no dia 4 de março.
- Evento do Rewilding Day com visita ao Ermo das Águias e à Praia Fluvial de Vale de Madeira no dia 19 de março.
- Sessão informativa em Gamelas com a população local sobre a chegada da manada de Tauros no dia 19 de abril.
- Participação na Peregrinação ao São Gonçalinho no Ermo das Águias em junho.
- Visita com as Férias Desportivas de Pinhel a Ermo das Águias no dia 18 de julho.
- Evento organizado pela Rewilding Portugal durante a semana Bons Saberes e Bons Sabores em Vilar Maior, incluindo sessão de informação anual no dia 10 de agosto e Workshop de identificação de aves.
- A Rewilding Portugal juntou-se à Associação Muralhas de Vilar Maior e ao Município do Sabugal na organização do primeiro Vila Wild Trail, em Vilar Maior, que aconteceu a 7 de outubro. O evento dividiu-se em três modalidades (Trail Curto 10km, Trail Longo 20km e Caminhada), sendo que os participantes na caminhada visitaram a área rewilding do Vale Carapito.
- Entrega de prémios do Concurso de Fotografia Rewilding Photo Contest durante o evento NaturCôa nos dias 4 e 5 de novembro.

3. Eventos

Todos os anos, a Rewilding Portugal participa numa série de eventos externos, de acordo com a sua relevância para o trabalho da associação:

- Participação no evento "50 Anos de Áreas Protegidas em Portugal" na Assembleia da República, em Lisboa, com partidos políticos e ONGs.
- Participação no Festival de Imagem de Natureza de Vouzela (Insitu) de 31 de janeiro a 2 de fevereiro.
- Participação na conferência sobre castores no Reino Unido, organizada pelas entidades Beaver Trust, Universidade de Exeter e Devon Wildlife Trust, de 18 a 21 de abril.
- Participação no evento "E Depois de Amanhã?" organizado pelo projeto GreenLightPlus coordenado pela INOVA+ e cofinanciado pela União Europeia, no dia 13 de abril.
- Participação na terceira Conferência Internacional sobre Riscos, Segurança e Cidadania com uma apresentação da Rewilding Portugal no dia 17 de abril.
- Participação nas Jornadas de Comunicação Estratégica da UBI a 3 de maio.

- Participação numa mesa redonda na Cidade do Zero, em Lisboa, sobre a floresta e o papel dos herbívoros, no dia 17 de setembro.
- Participação nas II Jornadas do Douro, no dia 14 de outubro.
- Participação na 2ª Semana de Jornalismo Ambiental organizada pela LPN de 6 a 10 de novembro.
- Participação na conferência anual da Vulture Conservation Foundation com uma apresentação da Rewilding Portugal de 14 a 17 de novembro. Apresentação de poster sobre os resultados da análise do comportamento alimentar de grifos e abutres cinzentos no Grande Vale do Côa, e apresentação sobre a descoberta de uma nova colónia de abutres cinzentos na Reserva Natural da Malcata.
- Participação no evento Milvoz "Micro-reservas - Que papel para a conservação da natureza?", na Quinta Torre de Bera, em Almalaguês, com uma apresentação da Rewilding Portugal e participação num painel de discussão, no dia 16 de novembro.
- Participação numa reunião sobre a estratégia ibérica para a reintrodução do abutre-barbudo, organizada pelo projeto LIFE Pro-B, no dia 11 de dezembro.

4. Media

Em 2023, a RP teve uma grande visibilidade nos media locais, nacionais e internacionais.

- Gravação de podcast com James Shooter para o podcast "Rewild" no Ermo das Águias.
- Artigo do Público (grande reportagem) sobre o festival CÔA - Corredor das Artes publicado em abril.
- Visita de jornalistas do jornal Expresso e artigo nessa publicação sobre o regresso do castor e a chegada dos Tauros ao Grande Vale do Côa em maio.
- Artigo da Fugas sobre o 2º Rewilding Weekend publicado em maio.
- Artigo publicado no The Guardian por Phoebe Smith sobre o Grande Vale do Côa em junho.
- Artigo publicado no Salamanca Al Dia sobre o festival CÔA - Corredor das Artes em junho.
- Participação no podcast Rewildology em junho.
- Seleção do documentário "Rewilding, um novo caminho para a natureza em Portugal" como um dos 149 finalistas do Science Film Festival 2023, um festival de cinema científico promovido pelo Goethe Institut, que é um dos maiores do mundo, percorrendo 20 países e com mais de meio milhão de espectadores, e que se insere na celebração da Década das Nações Unidas para o Restauro da Natureza.
- Gravação de um episódio para o podcast Rewilding Your World com Ben Goldsmith em setembro.
- Publicação do artigo "Incêndios rurais, contributos para soluções naturais e legais" na Revista Ambiente em setembro.
- Publicação de artigo no jornal Público "A sul do Douro, lobos-ibéricos e cães errantes têm uma dieta parecida e isso é um problema" em novembro.

5. Comunicações da Rewilding Portugal

Ao longo do ano, a Rewilding Portugal publica frequentemente nos seus canais de comunicação social, mantém o seu website atualizado e desenvolve outros materiais de comunicação para ajudar a dar a

conhecer o trabalho da associação. A Rewilding Portugal mantém KPI's detalhados do seu desempenho nas diferentes redes sociais, bem como da sua posição relativa a outras ONGs em Portugal e no estrangeiro (em termos de seguidores). Em 2023 a Rewilding Portugal atingiu os 60 mil seguidores online e 9 milhões de pessoas foram alcançadas digitalmente através dos conteúdos da associação.

Em 2023, a Rewilding Portugal lançou o seu relatório anual público de 2022 (Wild 2022), que destacou o trabalho realizado no ano anterior. A revista está disponível para download no website da Rewilding Portugal e podem ser adquiridas cópias em papel na loja virtual da associação. Durante o ano, a Rewilding Portugal publicou 16 notícias no seu website e enviou press releases das mais importantes aos seus parceiros de comunicação social.

Em termos de produção audiovisual, João Cosme continuou a filmar para produzir um segundo documentário sobre a natureza, que será publicado em 2024. Para além disso, a Rewilding Portugal promoveu ainda outras iniciativas de comunicação como a Edição Especial de Cascais do Concurso Fotográfico Rewilding, e o 3º Concurso Fotográfico Rewilding lançado em parceria com o festival NaturCôa no Sabugal. Durante o festival CÔA - Corredor das Artes, decorreu também a primeira edição do Do(C)ôa - Festival de Cinema de Natureza.

6. Publicação e divulgação científica

Lino, S; Mariana Rossa; Joana M. Fernandes; Tânia Barros; Ana Lino; Dário Hipólito; Ferreira E.; Sara C. Aliácar; Duarte Cadete; C. Fonseca et al., 2023. Dog in sheep's clothing: livestock depredation by free-ranging dogs may pose new challenges to wolf conservation. European Journal of Wildlife Research (69), 107. DOI: 10.1007/s10344-023-01740-9

Este trabalho também foi apresentado na conferência Wolf Accross Borders

Ribeiro, P.,Pacheco C., and Silva JP., Aliácar, S, 2023. The discovery of a new colony of Cinereous Vultures in Malcata Nature Reserve: population status and prospects (presentation). European Vulture Conference, Cáceres, 2023

Ribeiro, P., Aliácar, S., Pacheco C., and Silva JP., 2023. Vulture feeding ecology in the Greater Côa Valley (poster). European Vulture Conference, Cáceres, 2023

Link P., Ares-Pereira G., Rossa M., Macedo T., Torres R.T., Aliácar S., Fonseca C. and Carvalho J., 2023. Continuous monitoring reveals na increase in roe deer populations: methodological and conservation implications (poster). XIV RUSI, Figueira de Castelo Rodrigo, 2023.

Nyktas P., Sharma M., Aliácar S., Harms J., Couto A., 2023. Monitoring rewilding landscapes with Uncrewed Aircraft Systems: a protocol employing object-based image analysis and machine learning to estimate landscape heterogeneity. IALE World Congress, Nairobi, 2023.

Sharma M., Aliácar S., Harms J., Couto A., Nyktas P., 2023. Comparison of Low-cost UAV Methods for Vegetation Mapping in Rewilding Landscapes. IALE World Congress, Nairobi, 2023.

D. LIDERAR O CAMINHO

Apesar de a Rewilding Portugal ser ainda uma pequena ONG com apenas alguns anos de funcionamento, 2023 foi um ano importante para elevar o perfil da organização a nível nacional.

Uma mesa redonda transfronteiriça foi organizado pela Rewilding Portugal sobre a prevenção de danos causados pelo lobo-ibérico no gado, com a presença do ICNF, Junta de Castela e Leão, Junta de Extremadura, agricultores locais de Portugal e Espanha, associações de agricultores do Vale do Côa e ONGs / técnicos de Espanha e Portugal.

Além disso, a Rewilding Portugal participou, em conjunto com a Rewilding Europe e muitas outras entidades europeias, na campanha conjunta para promover a adoção da nova Lei de Restauro da Natureza da UE, bem como para garantir que a proteção do lobo não é diminuída em toda a Europa.

REWILDING PORTUGAL

Plano de Atividades 2024

Rewilding Portugal

Índice

A. Rewilding, Conservação e Coexistência 3

1. Regresso da vida selvagem 3

1.1. Herbívoria natural 3

1.2. Outras espécies-chave 4

2. Ecossistemas funcionais 5

2.1. Conectividade e garantia de terras para conservação 5

2.2. Círculo da vida 5

2.3. Rewilding de florestas e prados 6

2.4. Rewilding de rios e zonas húmidas 6

3. Corredores de coexistência 7

3.1. Medidas de prevenção de prejuízos 7

3.2. Vigilância e embaixadores da vida selvagem 8

3.3. Benefícios socioeconómicos da coexistência 8

4. Monitorização do impacto de rewilding 8

4.1. Monitorização do impacto de rewilding 8

B. Natureza para as pessoas e criar envolvimento 9

1. Comunicação 9

1.1. Redes sociais e meios de comunicação 9

1.2. Materiais audiovisuais e outros 10

1.3. Eventos não turísticos 11

2. Empresa 11

2.1. Redes sociais e meios de comunicação 11

2.2. Materiais físicos e digitais 12

2.3. Vendas & Financiamentos 12

2.4. Eventos e ininciativas físicas 12

2.5. Alojamento, animação turística e gestão hoteleira 13

A. Rewilding, Conservação e Coexistência

O objetivo deste plano é definir linhas de ação e metas para 2024, a fim de consolidar e expandir o trabalho da Rewilding Portugal, tornando Portugal um lugar mais selvagem, concentrando-se na criação de ecossistemas mais funcionais, paisagens mais bem conectadas, promovendo o retorno de espécies-chave e uma coexistência positiva com a vida selvagem. Em 2024, as prioridades são o encerramento de duas subvenções, LIFE WolFlux e ELSP-GCV, e o arranque de uma nova subvenção LIFE e de uma parceria alargada, o LIFE LUPI LYNX.

1. Regresso da vida selvagem

1.1. Herbívoria natural

Em 2024, a RP irá consolidar a herbívoria natural de cavalos com a expansão das manadas, encontrar soluções para as melhores áreas para os Tauros, preparar a libertação de coelhos para o regresso do lince e acompanhar e apoiar a expansão de ungulados como o veado vermelho e o corço.

1.1.1. Aumentar a complexidade da estrutura social das manadas de cavalos Sorraia, a sua adaptabilidade ao meio natural e a sua viabilidade genética. Indicadores: aumento da variabilidade da dieta, bom estado corporal ao longo do ano, evitar pessoas, nomeadamente visitantes (ELSP).

1.1.2. Efectivos em crescimento saudável: 1 poldro em VC, 3-4 poldros no EA, 1 poldro no PdT, 3-4 novos Tauros (ELSP).

1.1.3. Adquirir pelo menos mais 3 fêmeas para criar uma manada de fundação com um dos machos existentes numa nova área (ELSP).

1.1.4. Explorar estratégias de maneio (currais fixos, outros) para reduzir o maneio necessário para os cavalos (ELSP).

1.1.5. Criar viabilidade para que os Tauros regressem ao EA ou a uma nova área rewilding. Isto inclui soluções de vedação física ou virtual e um curral que garanta a segurança e o bem-estar dos animais durante o maneio (ELSP).

1.1.6. Programa de recuperação da vida selvagem - Apresentar a proposta de programa para aprovação da RE (protocolo, plano de gestão e condições dos concursos) e implementar o primeiro projeto-piloto no Vale Feitoso - Bisontes, Preswalski, Tauros, cavalos semisselvagens. Estabelecer uma ciência baseada numa monitorização independente e robusta pode permitir o reconhecimento da IUCN para declarar o *Bison bonasus* como um substituto funcional e declarar as áreas de cavalos semisselvagens reconhecidas como uma espécie selvagem na Europa.

1.1.7. Realizar um projeto-piloto de vedações virtuais com os Taurus.

1.1.8. Iniciar um projeto-piloto para expandir a herbívoria natural e as práticas de rewilding dos criadores de gado na região: vedação virtual, redução de medicamentos, recuperação de habitats, conservação do solo, retenção de água. Um total de 10 criadores de gado começam a implementar práticas até ao final do ano (ELSP).

1.1.9. Workshop com peritos para produzir um documento sobre a abundância funcional e a diversidade de presas para o lobo e o lince (LUPI LYNX).

1.1.10. Workshop de boas práticas para a recuperação de presas com caçadores e proprietários rurais envolvidos no projeto para definir estratégias operacionais (LUPI LYNX).

1.1.11. Estratégias operacionais definidas para 7 áreas de recuperação em Portugal, incluindo Ermo das Águias, Quinta da Azilheira e Paúl de Toirões, e acordos assinados com Vale Feitoso, Município do Sabugal e Monte Barata para reforço da cunicultura e recuperação de habitats (LUPI LYNX).

1.1.12. Populações de coelho no habitat de origem selecionadas, licenças obtidas para as 7 áreas de recuperação (verificar com o ICNF se os POECS actuais contemplam essas acções) e recinto de reprodução RP (LUPI LYNX).

1.1.13. Construção de recintos de reprodução/não predação para coelhos no Ermo das Águias e Paúl de Toirões e compra de recintos de reprodução de coelhos e lebres pré-existentes (LUPI LYNX).

1.1.14. Explorar a viabilidade de compra de recintos de criação de corços e perdizes - contactos com o ICNF (Carlos Carrapato), LNP e Junta da Estremadura para oportunidade de transformação em sisão (rewilding steppes?).

1.1.15. Conceber e implementar uma campanha sobre a reintrodução do íbex.

1.1.16. Simpósio sobre o regresso do íbex e do castor.

1.1.17. Documentar e promover a expansão do veado-vermelho.

1.2. Outras espécies-chave

O Grande Vale do Côa continua a crescer em importância como corredor de vida selvagem e novas espécies, como o veado e o castor, estão a expandir-se, pelo que é fundamental desenvolver actividades para incentivar este regresso, bem como aumentar a base de presas de outros predadores, como as aves de rapina e o lince.

1.2.1. Preparativos para o regresso dos castores: MSc para modelar a adequação/expansão e selecionar áreas-alvo para restauração e comunidades inteligentes e nota concetual para financiamento.

1.2.2. Acompanhar a expansão do castor (ver secção de monitorização) e, se chegar a Portugal, aplicar medidas de conservação que possam ser necessárias para incentivar a fixação e a reprodução da espécie.

1.2.3. Voltar a pôr em funcionamento o pombal da Quinta do Sol.

1.2.4. Identificar áreas adequadas para a nidificação da cegonha-preta no Paul de Toirões e avaliar a possibilidade de construir plataformas de nidificação e restringir a perturbação. Obter dados de distribuição e nidificação da cegonha-preta no Vale do Côa.

1.2.5. Marcação de duas águias-reais no Ermo das Águias para recolha de informação sobre: a) como aumentar o seu sucesso reprodutor e abundância no GCV; b) dieta e áreas de caça e correspondentes conhecimentos relevantes para a conservação do coelho.

1.2.6. Continuar a negociar com as autoridades a possibilidade de criar um piloto de santuário de lince no GCV ou na área do LIFE LUPI LYNX.

1.2.7. Organizar o V Simpósio do Lobo (WolFlux).

2. Ecossistemas funcionais

2.1. Conectividade e garantia de terras para conservação

Em 2023 a Rewilding Portugal pretende alargar a estratégia de reforço da conetividade do Grande Vale do Côa com novas áreas chave, aumentando a área de zonas de não captura e avançando na estratégia de assegurar terras para conservação a longo prazo.

2.1.1. Adquirir nova área rewilding com um mínimo de 300 hectares (ELSP).
2.1.2. Um novo acordo de gestão com um proprietário de terras - gestão a longo prazo e copropriedade (ELSP).
2.1.3. Submeter requisições de Áreas Protegidas Privadas para o Ermo das Águias e, para o efeito, concluir o processo de registo dos limites reais da propriedade (ELSP).
2.1.4. Preparação do procedimento do Fundo de Investimento Fundiário (6 meses, 15% de investimento inicial, 5% de gestão para cumprimento de objectivos).
2.1.5. Estabelecer a governação (NBI) e a base financeira (Verra + Rewilding Climate Solutions) da Cooperativa do Clima do Côa (C3) e dos Pagamentos de Pousio Prolongado (P3) - C3P3.
2.1.6. Lançar a C3P3 com os primeiros 5,000 ha através de parcerias com proprietários privados de terra em duas áreas nucleares - EA e VC/PdT.
2.1.7. Aproveitar ao máximo o MOU com a Ascendi para identificar áreas prioritárias para melhorar a conetividade ao longo da secção A.25 do Grande Vale do Côa.
2.1.8. Assegurar os direitos de caça para todo o Ermo das Águias (só possível após a resolução da questão dos limites) (ELSP).
2.1.9. Criar uma proposta de legislação de servidão com a LIFEscapes e fazer lobby para a sua aprovação.

2.2. Círculo da vida

Os esforços para promover a deposição livre de cadáveres em explorações agrícolas continuarão, a disponibilidade de alimentos para os abutres, em particular para os abutres-negros, será aumentada, uma vez que as áreas de deposição livre de carcaças (APAN) começarão a funcionar, bem como uma estação de alimentação no Paúl dos Toirões. Novas colaborações (ASCENDI) permitirão testar estratégias pioneiras em Portugal, como a utilização de animais mortos na estrada em estações de alimentação, reduzindo as emissões de CO_2 da incineração e os riscos sanitários para os abutres.

2.2.1. Processo de licenciamento da APAN Rebolais, Batoquinhas, Fonte Seixo e Espordaval e controlo do seu funcionamento (ELSP).
2.2.2. Obter as autorizações para as restantes 3 APAN (ELSP).
2.2.3. Apresentação de mais cinco APANs (ELSP).
2.2.4. CAAN funcional no Paul de Toirões suplementada com coelhos das quintas circundantes e ungulados atropelados e carnívoros de médio porte, no âmbito de uma parceria com a ASCENDI.
2.2.5. Manter a colaboração com o LIFE Aegypius e o ICNF em actividades relevantes e significativas para a colónia de abutres-negros na Malcata.

2.2.6. Relatório sobre o quadro para uma potencial reintrodução do abutre-do-Egipto com base em dados de nidificação próprios e em dados da ATN, LIFE Club de Fincas.

2.2.7. Colaborar com a VCF para marcar 2-4 abutres negros adultos e monitorizar a ecologia da alimentação, a fim de utilizar o GPS já adquirido.

2.3. Rewilding de florestas e prados

A herbívoria natural tem um papel fundamental na criação de florestas e prados mais funcionais mas, para além disso, a Rewilding Portugal continuará com outras estratégias fundamentais, como a vigilância de incêndios, a remoção de plantações e a recuperação de habitats, em colaboração com os proprietários locais e as associações de caçadores.

2.3.1. Programa de prevenção de incêndios com uma equipa de vigilância que coordena voluntários e pastores.

2.3.2. Completar o orçamento de execução do C.4 - LIFE WolFlux.

2.3.3. Sementes de espécies-alvo recolhidas nas SIC Malcata e Douro Internacional e cultivadas no viveiro da Ribeira do Mosteiro para melhorar os bancos de sementes e aumentar a resiliência às Alterações Climáticas nas áreas rewilding: a) solicitar autorização de recolha de sementes; b) utilizar "cubetes" da plantação de 2023 para sementeira (desinfeção prévia).

2.3.4. Elaborar um Plano de Gestão Florestal para o Paúl de Toirões e Ermo das Águias que inclua todas as actividades de restauro e abordagens de gestão previstas. (Plano de Gestão PdT).

2.3.5. Remoção de ciprestes em 20 hectares no Paúl de Toirões. Conceber diferentes estratégias de gestão para reflorestar a floresta, aumentando os bancos de sementes e a resiliência climática através da plantação e sementeira e através da reflorestação passiva (regeneração natural) (Plano de Gestão PdT).

2.3.6. Recuperação passiva de prados na Quinta do Sol (pausa da pressão excessiva de pastoreio) (Plano de Gestão PdT).

2.4. Rewilding de rios e zonas húmidas

Em 2024, prosseguirão os trabalhos de recuperação das zonas húmidas e de eliminação das barragens.

2.4.1. Coordenar uma nova proposta com a Open Rivers para a elaboração do caderno de encargos para a remoção das ensecadeiras de Foz Côa. Continuar a trabalhar com a APA para garantir que o orçamento de remoção é incluído no orçamento de estado de 2024 e a remoção começa em 2025.

2.4.2. Criar charcos temporários em 3,000 m2 no Paul de Toirões.

2.4.3. Movimentos de terra na lagoa azul do Paúl de Toirões para aumentar a superfície da água e a oxigenação e criar novos habitats de nidificação, como ilhas e bancos lisos, de modo a dispor de uma variedade de habitats de nidificação para as aves. (Mossy Earth).

2.4.4. Inventário de plantas aquáticas nas lagoas do Paúl de Toirões e avaliação das possibilidades de reintrodução de espécies em falta (Mossy Earth).

2.4.5. Desenvolver uma nova proposta de restauro aquático no GCV que envolva a recuperação de funcionalidades atualmente muito simplificadas por espécies invasoras. Esta proposta será co-

desenhada com os stakeholders que estarão envolvidos na sua implementação, nomeadamente Associações de Caça e Pesca, Municípios, empresas e Empresários Locais.

3. Corredores de coexistência

A Rewilding Portugal já integrou 96 cães de proteção de gado e 34 vedações à prova de lobo, eliminando ou reduzindo os ataques de predadores em várias explorações agrícolas. Além disso, a equipa está ativa no terreno para uma ação precoce e apoio aos contactos entre humanos e animais selvagens, deteção e prevenção do furtivismo e trabalho com as comunidades locais e uma rede de embaixadores da vida selvagem. Em 2023, este trabalho continuará a expandir-se e a reforçar-se.

3.1. Medidas de prevenção de prejuízos

3.1.1. Integrar 10 cães de proteção de gado em áreas prioritárias e apoiar a integração nos efectivos de cachorros nascidos de cães de proteção de gado da rede criada pela Rewilding Portugal.

3.1.2. Pelo menos mais 10 vedações à prova de lobo instaladas e orçamento da ação C.2 do LIFE WolFlux executado até março de 2024 (WolFlux).

3.1.3. Relatório técnico sobre cães de proteção de gado e vedações pronto em maio de 2024 (WolFlux).

3.1.4. Continuar a intervenção precoce após ataques a gado - apoio ao contacto com as autoridades e visitas precoces para apoio a medidas de prevenção de danos.

3.1.5. Pelo menos mais 10 produtores apoiados diretamente com medidas de prevenção de prejuízos ou aconselhados sobre medidas de prevenção de prejuízos ou sobre como pedir uma indemnização por danos, perfazendo um total de 120 (WolFlux).

3.1.6. Realização de três sessões para reforçar a coexistência, a prevenção de prejuízos e melhorar a fiscalização do furtivismo e envenenamento (WolFlux).

3.1.7. Formação e intercâmbio entre pares com a AcriGuarda e a AcriSabugal em matéria de prevenção de prejuízos e continuação da rede de cães de proteção de gado.

3.1.8. Intercâmbio e visita de campo com chefias, técnicos e guardas florestais do ICNF, Secretário de Estado, GPP, IFAP e companhias de seguros para mostrar resultados positivos sobre a utilização da prevenção de prejuízos e desafios a enfrentar.

3.1.9. Divulgar os resultados positivos da utilização de medidas de prevenção de prejuízos – publicar e divulgar o vídeo de testemunhos de criadores de gado (WolFlux).

3.1.10. Criar uma brochura de medidas de prevenção de danos e distribuir pelas partes interessadas relevantes, incluindo agricultores locais, ONGs, ICNF, veterinários e associações de criadores de gado (WolFlux).

3.1.11. Continuar a fazer lobby para aprovar um novo sistema de compensação de danos causados pelo lobo, com base num amplo acordo social com o Governo português, e para manter a proteção do lobo a nível europeu.

3.1.12. Fazer lobby junto do ICNF para rever o nível de realização do PAC Lobo, uma vez que está no Despacho 9727 as avaliações devem ser efectuadas de cinco em cinco anos (2017-2022).

3.1.13. Elaboração de uma proposta legislativa para os cães de proteção de gado (LUPI LYNX).

3.2. Vigilância e embaixadores da vida selvagem

3.2.1. Organização de mesa redonda com o ICNF, a Câmara Municipal de Pinhel e o SEPNA sobre as ligações entre cães vadios, danos ao gado, caça e envenenamento com base em casos registados. Seguir-se-ia uma sessão de envolvimento e educação em Mangide, juntamente com as autoridades.

3.2.2. Efetuar a vigilância das áreas rewilding e o envolvimento das populações locais através do trabalho dos rangers da Rewilding Portugal.

3.2.3. Relatório sobre as actividades de vigilância 2020-2023 pronto até julho de 2024 (WolFlux).

3.2.4. A rede de embaixadores da vida selvagem aumentou em 6 embaixadores e uma rede mais funcional com contactos regulares com os embaixadores uma vez por mês (WolFlux/LUPI LYNX).

3.2.5. Um encontro de embaixadores organizado durante o ano.

3.3. Benefícios socioeconómicos da coexistência

3.3.1. Consolidar a parceria com a Wildling Shoes e os criadores de gado: melhorar a organização da tosquia e as práticas ambientais e de bem-estar dos participantes. (WolFlux).

3.3.2. Entregar a gestão dos produtores Clima + (5 pessoas) em Montemuro para o LIFE Maronesa (WolFlux).

4. Monitorização do impacto de rewilding

A monitorização em 2024 centrar-se-á na recolha de dados sobre alguns indicadores para avaliar o impacto do trabalho realizado no Grande Vale do Côa e com o lobo desde 2019 e na implementação do Quadro Central de Monitorização concebido para as 10 paisagens rewilding a nível Europeu, bem como na coordenação da recolha dos dados de referência para o projeto LIFE LUPI LYNX.

4.1. Monitorização do impacto de rewilding

4.1.1. Consolidar a implementação do Earth Ranger e criar painéis de controlo.
4.1.2. Coordenar a monitorização do pastoreio natural e do risco de incêndio - biomassa e estrutura - com o Terraprima e do pastoreio/insectos com o TAGIS - Documento pronto para 24 de outubro (ELSP).
4.1.3. Coordenar a monitorização do corço com Universidade de Aveiro e caçadores do Plano de Gestão Goblal em Vila Nova de Paiva e calcular as densidades de corço e javali (WolFlux).
4.1.4. Coordenar a monitorização de ungulados nas áreas de intervenção do LIFE LUPI LYNX com a Universidade de Aveiro (LUPI LYNX).
4.1.5. Coordenar o fim da monitorização do lobo a sul do Douro, análise e elaboração de relatórios com a ZooLogical e Universidade de Aveiro até 24 de agosto (WolFlux).
4.1.6. Coordenar a monitorização do lobo e do lince com o Grupo Lobo no âmbito do LIFE LUPI LYNX - relatório pronto em 24 de setembro (LUPI LYNX).

4.1.7. Coordenar a monitorização do coelho e da perdiz com o CIBIO no âmbito do LIFE LUPI LYNX - relatório pronto em 24 de setembro (LUPI LYNX).
4.1.8. Coordenar a monitorização das atitudes sociais face ao lobo a sul do Douro - inquérito final WolFlux - com o CRIA - relatório pronto em abril de 24 (LUPI LYNX).
4.1.9. Monitorizar o desempenho dos cães de proteção de gado e a satisfação com os mesmos e as vedações e relatório pronto em novembro de 2024 (WolFlux).
4.1.10. Monitorização de base dos vertebrados na Quinta do Sol (Plano de Gestão).
4.1.11. CAAN Paúl dos Toirões.
4.1.12. Monitorização de áreas licenciadas para deposição de cadáveres em explorações agrícolas (APANs).
4.1.13. Prova de eficácia de cão/equipa de deteção de cheiros em situações reais.
4.1.14. Reforçar o treino do cão/equipa de deteção de cheiros com situações reais no terreno.
4.1.15. Definir pontos fixos de fotografia dentro das áreas de rewilding (EA, VC, PdT, QS) para monitorizar as mudanças ao longo do tempo.
4.1.16. Dia de contagem de escaravelhos com voluntários.
4.1.17. Monitorização do coelho e da perdiz na EA e VC (ELSP).
4.1.18. Monitorização da abundância de abutres para o Quadro Central de Monitorização de Rewilding.

B. Natureza para as pessoas e criar envolvimento

1. Comunicação

1.1. Redes sociais e meios de comunicação

1.1.1. Crescimento contínuo das redes sociais da Rewilding Portugal. Objetivo: 25,000 seguidores no Facebook, 30,000 no Instagram, 8,000 no Twitter, 1,600 no Youtube, 1,000 no TikTok, 6,000 no LinkedIn, 3,000 na Newsletter.
1.1.2. Continuação da utilização de questionários nas redes sociais como criador e potenciador de interacções com o público. Objetivo: Publicação de 100 quizzes durante 2024
1.1.3. Definição do orçamento e do plano de publicidade online para 2024. Objetivo: Plano pronto e apresentado até ao final de janeiro de 2024.
1.1.4. Conteúdo mais frequente e intenso no grupo português de rewilders no Facebook. Objetivo: Atingir 3,000 rewilders no grupo até ao final do ano.
1.1.5. Trazer um influenciador ambiental/sustentabilidade para visitar a região e todo o trabalho da Rewilding Portugal, para alcançar novos públicos através da partilha das suas experiências. Objetivo: Realizar a visita até ao final do ano e elaborar um relatório de impacto.
1.1.6. Receber e promover conteúdos da Rewilding Portugal nos meios de comunicação nacionais e internacionais ao longo de 2024. Objetivo: Comunicados de imprensa regulares com informação para enviar aos media. Receber pelo menos 8 jornalistas física ou virtualmente (entrevistas online, etc.) ao longo de 2024.
1.1.7. Renovação completa do website e dos conteúdos que precisam de ser revistos. Objetivo: Renovar e atualizar constantemente o website ao longo do ano.

1.1.8. Voltar à execução de uma página publicitária sobre o Rewilding Portugal na National Geographic no auge do turismo de natureza - março/abril 2024. Objetivo: solicitar um orçamento e executar o anúncio de uma página em formato digital até ao final de fevereiro de 2024, de modo a que, caso avance, possa ser feito a tempo de aparecer na revista num destes meses.

1.1.9. Ser ousado na sensibilização política sobre a importância e o valor do rewilding para a gestão paisagística e climática do nosso país: realizar uma campanha digital com o desenvolvimento de materiais visuais sobre os vários benefícios do rewilding e disponibilizar esses materiais numa pasta online. Desafiar os seguidores da Rewilding Portugal a partilhar estes materiais nas redes sociais e a identificar as contas de figuras e entidades importantes no panorama político e nacional (ex.: o novo Ministro do Ambiente, secretários de estado do clima, etc.) nas suas publicações. O objetivo é fazer uma "advocacia positiva" para o rewilding em Portugal. Objetivo: Preparar os materiais e listar os números até ao final de abril de 2024, que deverá ser o mês em que o novo governo toma posse. Assim que tivermos o governo em funções, lançaremos a campanha e disponibilizaremos os materiais.

1.2. Materiais audiovisuais e outros

1.2.1. Criar e desenvolver mais vídeos sobre o trabalho da Rewilding Portugal. Maior enfoque em vídeos curtos e rápidos sobre o trabalho de campo, espécies, observações, etc. Objetivo: 25 novos vídeos publicados ao longo do ano nas diferentes redes (Youtube, Reels, Tiktok, etc.).

1.2.2. Preparação e lançamento do documentário final dos projetos "CÔA MAIS SELVAGEM" / "WILDER CÔA". Objetivo: Preparação do guião até ao final de janeiro de 2024. Gravação do roteiro e revisões e ajustes no documentário até o final de março de 2024. Documentário pronto para lançamento até o final de abril de 2024. Preparação e execução do(s) evento(s) de lançamento do filme durante o ano. Colaboração com João Cosme para que o documentário seja transmitido na RTP1.

1.2.3. Participação em concursos de cinema ambiental com o novo documentário, logo que este esteja pronto. Objetivo: Submeter o documentário a 20 festivais de cinema ambiental diferentes. Ter pelo menos cinco nomeações como finalista.

1.2.4. Lançamento e organização da 4ª edição do Concurso de Fotografia Rewilding, novamente em parceria com o Município do Sabugal e o Naturcôa. Objetivo: Repetir o formato e prémios de 2023 e ter pelo menos 400 fotografias inscritas no concurso.

1.2.5. Lançamento e organização da 2ª edição do Festival de Cinema de Natureza Do(C)ôa, mantendo e reforçando a parceria com o Museu do Côa e a Portugal Film Commission nesta iniciativa, nomeadamente através da inclusão destas entidades no painel de júris. Objetivo: Repetir o formato e prémios de 2023, e ter pelo menos 100 filmes a concurso.

1.2.6. Desenvolvimento do novo relatório anual e da revista Wild 2023. Objetivo: Lançar a revista para venda ao público em fevereiro de 2024. Disponibilizar gratuitamente a edição completa online e também notícia no website em julho de 2024.

1.2.7. Estudar a melhoria do atual livro de autocolantes para criar uma versão comercializável do mesmo como um dos nossos produtos para crianças e jovens em 2024, utilizando as novas ilustrações

individuais por espécie. Objetivo: Proposta final do Livro de Autocolantes até ao final de junho de 2024. Uma vez aprovada e impressa, o objetivo é comercializá-la em 2024 na loja online e nas redes sociais.

1.2.8. Identificar necessidades a nível de novas ilustrações. Objetivo: Listar as necessidades até ao final de fevereiro para avançar com a sua priorização e implementação com ilustradores e designers gráficos.

1.2.9. Finalização e impressão da brochura sobre boas práticas e medidas de prevenção de prejuízos. Objetivo: Ter a brochura pronta e impressa até ao final de março de 2024.

1.2.10. Colaboração com a A2Z na produção de um guia turístico sobre o lobo ibérico. Objetivo: Ter o guia pronto e impresso até ao final de maio de 2024.

1.2.11. Levantamento e tratamento do material audiovisual do terreno (fotografias, vídeos, trabalhos de câmara, etc.) para ver o que pode ser utilizado na comunicação ao longo do ano. Objetivo: Levantamento e listagem concluídos até ao final de fevereiro de 2024. Possibilidade de comprar uma pequena câmara que a equipa de campo possa levar consigo para fazer vídeos de qualidade no terreno.

1.3. Eventos não turísticos

1.3.1. Organização de sessões de cinema em todo o país para dar a conhecer o novo documentário ao grande público em Portugal, e sobretudo na região, em parceria com as autarquias locais, em sessões abertas à comunidade. Objetivo: Organizar pelo menos uma sessão de cinema por mês, a partir do evento de lançamento oficial do documentário.

1.3.2. Organização do segundo simpósio de rewilding em Portugal, desta vez com o tema do regresso do castor e do íbex. Objetivo: Realizar o simpósio em março de 2024, com a presença de pelo menos 80 pessoas presencialmente e 200 por transmissão digital.

1.3.3. Continuar a representar a Rewilding Portugal em vários eventos nacionais e internacionais relacionados com rewilding, conservação da natureza e comunicação ambiental e científica ao longo do ano, para criar redes e sinergias. Objetivo: Participar em pelo menos 4 eventos diferentes ao longo do ano.

2. Empresa

2.1. Redes sociais e meios de comunicação

2.1.1. Realizar entrevistas digitais escritas com os vários membros da Rede Côa Selvagem para os dar a conhecer e aos seus respectivos serviços/produtos. Objetivo: Publicação de 5 entrevistas digitais ao longo de 2024.

2.1.2. Lançamento de sugestões de pacotes turísticos para o Grande Vale do Côa no website da Rewilding Portugal. Objetivo: Aferir todos os requisitos e licenças necessárias e tê-las prontas até ao final de janeiro de 2024. Lançar 4 pacotes ao longo do ano. Tratar de todas as marcações e reservas.

2.1.3. Realização de webinars digitais para membros da Rede Côa Selvagem relacionados com boas práticas, sustentabilidade e outros temas importantes para os capacitar para o futuro e respetiva monitorização de resultados e mudanças. Objetivo: Realizar pelo menos 4 webinars ao longo de 2024.

2.2. Materiais físicos e digitais

2.2.1. Reimpressão dos catálogos da rede quando o stock atual se esgotar e atualização dos mesmos com novos produtos. Inclusão no catálogo das listas e guias de alojamento. Objetivo: Atualização e reimpressão entre setembro/outubro de 2024, o mais tardar, para ter em conta os novos cabazes que possam ser desenvolvidos.

2.2.2. Criação de um manual de boas práticas de comunicação da Rede Côa Selvagem para utilização gratuita pelos membros. Objetivo: Ter este manual pronto até ao final de maio de 2024.

2.2.3. Renovar e atualizar os mapas do Grande Vale do Côa, caso o stock se esgote durante 2024. Objetivo: Atualizar o mapa com todos os membros actuais da Rede Côa Selvagem, caso o stock atual se esgote e seja necessário reimprimi-los.

2.2.4. Elaborar um conceito para uma revista turística sobre o Grande Vale do Côa para apresentar aos municípios do GVC, de modo a aferir o seu interesse em participar e financiar esta iniciativa. Objetivo: Ter o conceito pronto até ao final de janeiro de 2024 e enviá-lo a todos os responsáveis municipais nessa altura.

2.3. Vendas & Financiamentos

2.3.1. Continuar a impulsionar o Patreon, concentrando-se na atualização dos conteúdos e no merchandising para atrair um número crescente de patronos ao longo do ano.

2.3.2. Atualização e conceção de novos cabazes para o Natal de 2024. Objetivo: Ter 9 cabazes de produtos diferentes lançados online e no catálogo até à primeira semana de outubro de 2024.

2.3.3. Continuar a promover e a comunicar a loja online e os seus produtos - gestão de stocks, análise dos produtos mais e menos vendidos, reformulação de stocks, anúncios online, etc.

2.3.4. Analisar a viabilidade de criar uma Cerveja Rewilding Edition, uma Faca de Campo Rewilding Edition e outro produto em parceria com a Plataforma Lobo Ibérico, com semelhanças ao modelo utilizado para o Vinho Rewilding Altano, para financiar a organização e lançar produtos personalizados de elevada qualidade que marquem a Rewilding de forma positiva e diferenciadora. Objetivo: Recolher orçamentos e propostas dos produtores selecionados até ao final de fevereiro. Se alguma delas se revelar viável, iniciar a implementação e o lançamento dos produtos em parceria com os produtores seleccionados.

2.4. Eventos e ininciativas físicas

2.4.1. Realização de uma visita com um jornalista de forte alcance nacional ou regional para promover a Rede Côa Selvagem e os seus diferentes produtos e membros. Objetivo: realizar a viagem e publicar a peça até ao final de maio de 2024. Ação sempre dependente da existência do orçamento necessário para a sua concretização.

2.4.2. Estudar as actividades semanais de campo do festival CÔA - Corredor das Artes com melhores resultados e realizar algumas delas ao longo de 2024 - visitas a zonas, caminhadas, identificação de cogumelos ou plantas comestíveis, etc. Objetivo: realizar pelo menos 4 actividades deste tipo ao longo de 2024, com o objetivo adicional de atingir doze. Envolvimento dos membros da Rede Côa Selvagem.

2.4.3. Continuar a realizar e investir nos Rewilding Weekends como forma de financiamento e divulgação do rewilding e da região. Objetivo: Planear e realizar pelo menos 5 novos Rewilding Weekends ao longo de 2024.

2.4.4. Organização das 1ªs Jornadas de Turismo e Rewilding do Grande Vale do Côa, em Pinhel, no início de 2024 Objetivo: Lançar o congresso até à primeira semana de janeiro para que se possa realizar na primeira semana de fevereiro.

2.4.5. Iniciar a participação em feiras de produtos locais, etc., com os produtos da Rewilding Portugal e da Rede Côa Selvagem. Objetivo: Participar em 3 feiras diferentes em 2024.

2.5. Alojamento, animação turística e gestão hoteleira

2.5.1. Registo do Centro Rewilding como BikeHotel. Objetivo: Ter tudo o que é necessário para o licenciamento até ao final de janeiro, para iniciar o processo em fevereiro.

2.5.2. Continuar a melhorar os resultados do Centro Rewilding - mais reservas e faturação e maior taxa de ocupação.

2.5.3. Maior aposta no café do Centro Rewilding - elaboração de nova ementa, início do serviço de pequeno-almoço no alojamento, alargamento do horário de funcionamento, etc.

2.5.4. Reduzir as despesas variáveis anuais do Centro de Rewilding.

2.5.5. Introdução do Fly Camp como novo produto turístico comercial da Rewilding Portugal. Objetivo: Testar a sua instalação e funcionalidade até ao final de janeiro de 2024. Definir uma tabela de preços. Anunciar a possibilidade de utilização deste serviço em conjunto com os pacotes anunciados no website. Introduzir a sua utilização nos Rewilding Weekends e noutras visitas e iniciativas ao longo do ano.

2.5.6. Continuação dos estudos de implementação das Cabanas ANNA no Ermo das Águias e das restantes cabanas de alojamento no Vale Carapito. Objetivo: Finalizar a análise de viabilidade e requisitos para ambos os casos. Se possível e viável, reunir toda a documentação e aprovações até abril de 2024 para iniciar a montagem.

2.5.7. Estudo de viabilidade para implementação de alojamento local na antiga sede da Miuzela. Objetivo: Iniciar o processo de licenciamento do AL e os preparativos para poder abrir a tempo da Páscoa de 2024.

2.5.8. Preparação de uma rede de abrigos de observação da vida selvagem na área rewilding do Paul de Toirões. Objetivo: Instalação de 1 a 3 abrigos, com o objetivo de os ter em funcionamento até ao final de maio de 2024.



Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ARIP – Associação Rewilding Iberia PT** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2023 (que evidencia um total de 5 274 877,40 EUR e um total de fundos patrimoniais de 801 410,12 EUR, incluindo um resultado líquido de 35 350,28 EUR), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ARIP – Associação Rewilding Iberia PT** em 31/12/2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 05 de abril de 2024

CASCAIS, MAGRO, ROQUE & AMARAL, SROC LDA
(n.º 125 e registada na CMVM com o n.º 20161443)
Representada por
Fernando José Pêga Magro
(ROC n.º 819 e registado na CMVM com o n.º 20160447)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros da Assembleia Geral:

1- Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vem o Fiscal Único da ARIP – Associação Rewilding Iberia PT (ARIP), apresentar o Relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foram submetidos à sua apreciação pela Direção.

2- Acompanhámos com regularidade o desenrolar dos negócios e atividade da ARIP, tendo recebido da Direção todos os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.

3- No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efetuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgamos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.

4- Como Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitimos o documento de Relatório de Auditoria, que aqui se dá como integralmente reproduzido.

5- Considerando que o Relatório da Direção descreve de modo claro a evolução registada pela ARIP, tendo em atenção o referido Relatório de Auditoria e dado que não tomamos conhecimento de qualquer violação à Lei e aos Estatutos, somos de parecer:

a) Que aprovem o Balanço, Demonstração dos resultados, Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais, apresentados pela Direção e referentes ao exercício de 2023;

b) Que aprovem o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Guarda, 05 de abril de 2024

O Fiscal Único

CASCAIS, MAGRO, ROQUE & AMARAL, **SROC LDA**
(n.º 125 e registada na CMVM com o n.º 20161443)
Representada por
Fernando José Pêga Magro
(ROC n.º 819 e registado na CMVM com o n.º 20160447)

Rewilding Portugal

